

Reunião – COASSED – 29/9/2022

Se reuniram no dia 29 de setembro de 2022 os membros titulares e membros convidados do COASSED. A primeira pauta abordada foi a atividade formativa sobre “Prevenção do Assédio” em parceria com a EMASP. Heloisa, membro representante da SMDHC começou apresentando ao grupo a comunicação de EMASP acerca da decisão da escola pela descontinuidade do curso oferecido em formato LIVE (online). No relato, pontuou que o curso apresenta quantidade de vagas desproporcionais ao número interessados, Ex. 459 inscrições para 20 selecionados e 16 concluintes além de avaliação acima de 9 em 4 das 5 atividades. Nessas indicações de descontinuidade do formato LIVE da atividade EMASP nos questiona acerca do interesse do grupo em participar do material que deverá ser disponibilizado na plataforma EAD além de solicitar a integra do material usado atualmente na atividade. Heloisa também apresentou os termos da legislação que cria o COASSED e versa sobre a disponibilização de curso específico sobre o tema, atribuindo EMASP a obrigação de realizar o curso e ao COASSED a incumbência de desenvolver em parceria com a escola o projeto político pedagógico. Após expor os termos da legislação Heloisa abriu a questão para o debate das e dos membros que se manifestaram:

CLAUDIA membro que representa a SMS e participa como convidada manifestou entender que o modelo de aulas EAD empobrece a troca, a dinamicidade do curso e a interação entre os alunos participantes, além de que essa mudança partiu de uma decisão unilateral.

MARINA membro titular que representa a SEGES: Indicou que entende ser positivo o alcance de maior número de pessoas EaD pelo fato do modelo ser de fácil adaptação. Além disso, diz que talvez seja interessante solicitar ajuda para realizar uma boa adaptação.

HELOISA membro titular que representa a SMDHC: Se posicionou contrária a mudança para o modelo EaD é muito negativa para o modelo proposto de atividade uma vez que o curso depende da interação entre os participantes, destacou que considera que seria o ideal que as turmas sejam realizadas presencialmente de maneira a qualificar as trocas e os debates entre os alunos, além de no modelo presencial (ou minimamente do modelo síncrono) ser possível promover reflexões e tirar dúvidas sobre condutas acediosas. Destacou que o curso de prevenção ao assédio sexual é também uma punição dos infratores que praticaram o assédio segundo a legislação que cria a política institucional de combate e por essa razão é diálogo e a presença é tão essencial. Além do mais, a temática é muito sensível para ser trabalhada de forma individual e

assíncrona tendo havido experiências nas ocasiões de formação onde pessoas vítimas dessas infrações se sentem confortáveis para compartilhar situações que sofreram ou mesmo relatos de pessoas que cometeram condutas acediosas sem ter o entendimento.

Marina Destaca a importância de considerar a sensibilidade do tema e sugere contato com Núbia para tentar estabelecer a articulação de uma conversa a respeito da decisão.

JENNIFER membro titular representante da PGM: Endossa a fala de Heloisa e destaca que é preciso nomear violências entre os infratores.

REGIANE membro representando a SME que participa do comitê como convidada, concorda com Heloisa em relação à interferência da dinâmica do curso pelo público alvo e questiona sobre a necessidade de o curso de prevenção ao assédio ser necessariamente oferecido em parceria com a EMASP?

Heloisa esclarece que de acordo com a legislação, o curso disponibilizado por EMASP precisa passar pela estruturação e aprovação do comitê. Porém destaca que o COASSED tem como atribuição promover a divulgação e formações sobre o tema, dessa maneira podendo desenvolver a atividade de forma autônoma. Propõe como encaminhamento a sugestão da Marina de estabelecer uma reunião com Núbia e a secretária Regina para conversar sobre esses pontos e a possibilidade de reverter essa decisão. Todas concordam.

A segunda pauta tratada da ocasião se relacionou a proposta de alteração do decreto: em 2019, iniciou-se o processo de alteração do decreto que cria o Comitê, e também delibera a respeito de suas atribuições e composição. Aumento do número de cadeiras, manifestação contrária a secretaria de saúde e educação. Porém, a respeito disso, Heloisa vai fazer uma minuta para que as integrantes do comitê possam comentar e avaliar, e dessa forma dar prosseguimento no processo de alteração. Nesse sentido, é necessário acolher ou contestar as propostas e enviar para outras secretarias para aprovação. Solicita também que os comentários ou considerações sejam feitos por meio dos recursos de edição de documentos para dar prosseguimento as propostas de avaliação. Todos os membros do comitê têm acesso ao ponto no SEI, onde podem visualizar o processo.

Informes: 1) a Coordenação foi procurada pelo sindicato dos servidores públicos, SINDSET. Eles irão promover um seminário sobre atenção e cuidado, saúde mental e direitos dos trabalhadores da Guarda Civil, e a coordenação irá fazer uma fala, onde serão apresentados alguns fluxos do comitê. Heloisa também incentiva as demais membras do COASSED a realizar a divisão da função entre oferecimento do curso e da

monitoria; 2) o relatório com a linha do tempo do comitê está em desenvolvimento; 3) o comitê irá tentar estabelecer uma reunião com representantes do RH Central (COGEP), como já foi conversado em reuniões anteriores.